

*Pertencer à nação  
brasileira: a jangada  
de São Pedro rumo à  
Capital Federal (1941)*



## **PERTENCER À NAÇÃO BRASILEIRA: A JANGADA DE SÃO PEDRO RUMO À CAPITAL FEDERAL (1941)**

### **RESUMO**

Este artigo examina o episódio da viagem da jangada São Pedro, de Fortaleza ao Rio de Janeiro, quando quatro jangadeiros foram recebidos pelo presidente Getúlio Vargas, a quem foram levar reivindicações da categoria, procurando compreendê-lo na perspectiva da relação Estado-Classe trabalhadora durante o Estado Novo. Para tanto, utiliza como fontes os jornais de época, os diários escritos pelos jangadeiros e depoimentos orais. A relação entre os jangadeiros e o governo Vargas é entendida a partir de um “pacto” material e simbólico, em que ambas as partes, desigualmente, procuram apreender as possibilidades políticas da viagem e seus desdobramentos.

### **PALAVRAS-CHAVE**

Estado Novo; Jangadeiros; Trabalhismo

Berenice Abreu de Castro Neves<sup>1</sup>

**PERTENCER À NAÇÃO  
BRASILEIRA: A JANGADA  
DE SÃO PEDRO RUMO À  
CAPITAL FEDERAL (1941)**

*Jacaré e os outros fizeram sua viagem de jangada exatamente como aqui foi filmado. Eles levaram 61 dias em mar aberto sem bússola e guiados apenas pelas estrelas ... um recorde único na história da navegação. Para os jangadeiros de Fortaleza esse foi o primeiro passo em sua longa jornada para pertencer a nação brasileira.*

Com essas palavras, o cineasta norte-americano Orson Welles encerra o episódio Quatro Homens Em Uma Jangada, em que mostra a viagem, realizada de fato em 1941, pelos pescadores cearenses Manoel Olimpio Meira (Jacaré), Jerônimo André de Souza (Mestre Jerônimo), Raimundo Correia Lima (Tatá) e Manoel Pereira da Silva (Mané Preto), ao Rio de Janeiro. De modo lúcido, Welles enxerga no episódio protagonizado pelos quatro pescadores uma tentativa de se fazer inserir na nação brasileira.<sup>2</sup>

Pretendo nesse artigo analisar esse episódio — a viagem dos quatro jangadeiros cearenses — discutindo o seu significado político, no contexto da ditadura getulista, e, ao mesmo tempo, comprovar a leitura de Welles sobre a ação dos pescadores.

Para tanto, dividirei minhas reflexões em dois eixos, ou questões.

---

<sup>1</sup> Professora do Departamento de História da Universidade Estadual do Ceará. Doutoranda em História Social pela Universidade Federal Fluminense. [bereniceabreu@msn.com](mailto:bereniceabreu@msn.com)

<sup>2</sup> Cf. NEVES, B. A. de C. *Do mar ao museu: a saga da jangada São Pedro*. Fortaleza: Museu do Ceará, 2001; HOLANDA, F. *Orson Welles no Ceará*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2001.

A primeira questão que desenvolverei é justamente: Quais os objetivos ou fins visados pelos pescadores com sua ação? O que iam reclamar, contar ou pedir ao presidente Vargas? Em outros termos, qual o significado de “direitos” assumido pelos jangadeiros? Para o desenvolvimento dessa questão, tentarei traçar um perfil dos quatro trabalhadores e recompor aspectos da vida e trabalho desses pescadores, as relações sociais travadas cotidianamente e durante a viagem ao Rio de Janeiro e algumas das estratégias de ação política utilizada antes e depois da chegada à Capital Federal.

A segunda questão que me proponho a investigar é: quais as razões da aceitação e do apoio de membros das elites e do Estado ao projeto dos jangadeiros? Para responder a essa questão, retomarei aspectos das relações sociais, culturais e políticas vivenciadas pelos pescadores em seu local de origem, a comunidade pesqueira da praia de Iracema em Fortaleza, e o contato com outros trabalhadores, autoridades do Estado e pessoas de destaque ao longo da viagem e no Rio de Janeiro. Estará permeando essa discussão o significado de nação do Estado getulista, das elites e dos trabalhadores brasileiros.

As evidências ao meu dispor são matérias de jornais, do Ceará e do Rio de Janeiro, entrevistas realizadas com remanescentes dos pescadores, o estudo etnográfico *Jangadeiros*, de Câmara Cascudo, escrito sob encomenda para o Serviço de Informação Agrícola, do Ministério da Agricultura, em 1957, e dois diários confeccionados durante a viagem dos quatro pescadores, além do filme de Orson Welles.<sup>3</sup>

---

<sup>3</sup> As filmagens ocorreram em 1942 e foram interrompidas por falta de verbas. Há suspeitas de interferência de funcionários do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), insatisfeitos com os rumos das filmagens e com as temáticas enfocadas por Welles. As latas contendo o material filmado ficaram jogadas nos escritórios da Radio-Keith-Orpheum Pictures (RKO), empresa cinematográfica de Nelson Rockefeller, sendo descobertas por antigos companheiros de filmagem do cineasta. A montagem foi finalmente realizada em 1993, conforme roteiro rusticamente elaborado pelo diretor. Os próprios jangadeiros representaram os papéis principais; com a morte de Jacaré, seu irmão Isidoro o substituiu, Cf. HOLANDA, op. cit.

**“A CANJA VAI ACABAR”: JACARÉ, JERÔNIMO, MANÉ  
PRETO E TATÁ RESOLVEM IR “SE ENTENDER” COM O  
PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS**

Os pescadores do Ceará, como do restante do país, estavam organizados em colônias de pesca,<sup>4</sup> que, por sua vez, se subordinavam à Federação Estadual de Pescadores e à Confederação de Pescadores do Brasil. Jacaré ocupava o posto de presidente da Colônia Z-1, da praia de Iracema, desde os fins dos anos de 1930, cargo que ocupou até 1942.<sup>5</sup> Já era visível nesse período a liderança que exercia entre os pescadores do litoral de Fortaleza, papel que se ampliará, consideravelmente, após os desdobramentos da viagem ao Rio de Janeiro.

Jacaré, Jerônimo, Manuel Preto e Tatá eram homens experimentados na arte da pesca e provinham, todos, de famílias de pescadores e eram filiados à Colônia de Pesca da Praia de Iracema, Z-1,<sup>6</sup> com exceção de Jerônimo, que pertencia a Z-2, do Mucuripe.<sup>7</sup>

Antes de chamar-se praia de Iracema, a área era conhecida como praia do Peixe, numa clara alusão à comunidade pesqueira que ali habitava e trabalhava. Antes dos anos de 1920, quando tem início a ocupação da área por famílias da “alta sociedade”, é possível que os pescadores residissem mais próximos ao mar, como ainda acontecia no Mucuripe. Na época da viagem dos quatro

---

<sup>4</sup> As colônias de pesca foram criadas em 1922, e possuem, desde sua criação por lei federal, uma estrutura corporativa, só podendo exercer a profissão de pescador quem estivesse a elas associado, Cf. DIEGUES, A. C. S. *Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar*. São Paulo: Ática, 1983. p. 228.

<sup>5</sup> Muitos não-pescadores, e até mesmo atravessadores (figuras odiadas pelos pescadores), passaram a dominar as diretorias das colônias de pesca, pelo fato de serem os únicos na comunidade a terem domínio da leitura e escrita. *Ibid.*, p. 228-229.

<sup>6</sup> Eram filiados a Colônia Z-1, à época do *raid*, 270 pescadores.

<sup>7</sup> Câmara Cascudo sugere que havia jangadas pesqueiras, no Ceará, nas seguintes localidades: *Praia de Pecém à de Caiçara, no município de Aracati, Paracuru, Imboaca, Caponga, Canoa Quebrada, Pirambu, Arpoadores, praia de Iracema na cidade de Fortaleza, pôrto do Mucuripe*, Cf. CASCUDO, L. da C. *Jangadeiros*. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola: Ministério da Agricultura, 1957. p. 15.

jangadeiros, a praia de Iracema já possuía hotel, casas de veraneio e clube recreativo, ficando as palhoças dos pescadores nos morros, um pouco afastadas da praia.

Essa caracterização da praia de Iracema nos anos de 1940, período em que se realizou a viagem dos quatro pescadores, é importante na medida em que ajuda a caracterizar o universo de vida e de trabalho dos jangadeiros da São Pedro, desfazendo a idéia romântica, sugerida no belo episódio Quatro Homens Em Uma Jangada, filmado por Orson Welles em 1942, de que a comunidade pesqueira em que viviam era isolada do contato com a “modernidade” e “civilização”; no enredo de Welles, esse contato só acontece durante a viagem e, especialmente, no Rio de Janeiro.

Esse filme mostra, de fato, o cotidiano de uma colônia de pesca, isolada, em que, após a morte de um jovem pescador, quatro membros do grupo, mais velhos, decidem ir à Capital Federal, essa sim uma cidade moderna e movimentada, completamente diferente do local de origem dos quatro jangadeiros.<sup>8</sup>

A película, na verdade, foi filmada na praia do Mucuripe, e não na praia de Iracema, onde, à época, como já falamos, os trabalhadores do mar já haviam sido empurrados morro acima. O grupo não vivia isolado, muito ao contrário: o próprio Jacaré mantinha estreitas relações com pessoas de destaque da sociedade fortalezense que freqüentavam a área, como é o caso de Dona Mariinha Holanda, diretora da Associação de São Pedro da praia de Iracema, Sr. Fernando Pinto, presidente do Jangada Club, que existia à época na praia de Iracema, e o pároco da Igreja de São Pedro, dentre outros. Os três personagens foram, inclusive, convidados por Jacaré para apadrinhar seus filhos.

No Ceará, uma entidade católica atuava com obras sociais no mundo dos pescadores: a Associação de São Pedro da Praia de

---

<sup>8</sup> O filme, a ser denominado *It's All True*, seria rodado em três episódios, no México e no Brasil, e era patrocinado pela RKO. Os episódios brasileiros seriam: Quatro Homens Em Uma Jangada e Carnaval. Segundo o pesquisador Firmino Holanda, essa película era parte do projeto norte-americano de aproximação com os países latino-americanos, dentro do esforço da *política da boa vizinhança*. O cineasta americano tomou conhecimento do *raid* da São Pedro ainda em Nova Iorque e decidiu filmar a vida dos jangadeiros e reconstituir esse episódio, o que aconteceu, de fato, em 1942, Cf. HOLANDA, op. cit.

Iracema, entidade que coordenou a campanha de arrecadação de fundos e donativos para a realização da viagem Fortaleza-Rio de Janeiro e para o amparo da família dos pescadores enquanto estivessem fora. A diretora dessa entidade, senhora de destaque no meio local, escreve a abertura de um dos diários que os jangadeiros carregam durante a travessia e que será composto por registros de autoridades e membros da sociedade dos lugares por onde passam os jangadeiros em seu destino à Capital Federal.

Queremos sugerir com isso que havia uma rede de relações paternalistas envolvendo os quatro jangadeiros da São Pedro, assim como a comunidade de pescadores. Essas relações eram partes constitutivas de suas vidas e certamente marcavam fortemente suas leituras do mundo. Foi por intermédio dessa rede de relações que a viagem para o Rio de Janeiro se tornou possível. São esses mesmos agentes, e outros mais que aparecerão durante a viagem, que “apadrinham” os jangadeiros, que irão angariar fundos e apoios, inclusive do interventor federal Menezes Pimentel, de outros interventores dos outros Estados em que passarão os pescadores, de autoridades cariocas e do próprio presidente, não só para a concretização da viagem, como também para o amparo aos familiares dos jangadeiros.<sup>9</sup>

Câmara Cascudo ressalta essa característica no conjunto de relações estabelecidas e alimentadas pelos pescadores, ao mesmo tempo em que enfatiza a autonomia que buscam preservar:

*São pouco subservientes, submissos, servis. Amam desesperadamente a distinção da pessoa de maior expressão social. Ficam sempre na expectativa de lembrar ao homem rico, influente,*

---

<sup>9</sup> Além do “caderno de notas” de Jacaré, um outro documento também será confeccionado: trata-se do “livro do *raid*”, caderno que foi conduzido pelos quatro pescadores durante toda a viagem, onde autoridades e pessoas de destaque das várias localidades por onde passaram deixam suas impressões sobre o episódio. Nesse “livro”, que hoje é parte do acervo do Museu do Ceará, aparece uma lista de nomes de pessoas de destaque que auxiliaram os jangadeiros com donativos e dinheiro, em Fortaleza e em outras localidades por onde passaram, inclusive na Capital Federal. Foi republicado, em edição comemorativa: *DIÁRIO dos Jangadeiros: Fortaleza-Rio de Janeiro (1941)*. Fortaleza: Museu do Ceará: Secretaria da Cultura, 2004. Edição fac-similada.

*poderoso, célebre, que o visita ou em cuja companhia está, a possibilidade de ser, por sua vez devedor de um obséquio, ficar na dependência afetuosa dele, pescador pobre.*<sup>10</sup>

Esse tipo de relação, no meu entender, era alimentada pelos próprios pescadores, assim como também por seus “protetores”. Mas ela não é absoluta nem definitiva. Em momentos em que as bases que a sustentam, que podem ser a honestidade, a justiça, a fidelidade, de ambos os lados, são abaladas, essas relações se transformam e até se rompem. Apesar da especificidade espacial e temporal a que estou me referindo, penso ser possível pensar, com Thompson, que há, nessa sociedade, e na comunidade mais imediata da qual fazem parte os integrantes do *raid* de 1941, certas relações paternalistas que almejam e realizam a deferência, mas que não são capazes de impedir atos de rebeldia, ou, como é o caso, de denúncia contra aqueles mesmos que lançam suas redes de assistência.<sup>11</sup>

Estou me referindo, especialmente, ao caso das denúncias feitas por Jacaré e seus companheiros contra a Federação dos Pescadores do Ceará, entidade a que sua colônia de pesca estava subordinada e, o que é mais sério nesse caso, contra a diretora da Associação de São Pedro da Praia de Iracema, Dona Mariinha Holanda, “madrinha do *raid*” e madrinha, ainda, da filha mais velha de Jacaré. Essas denúncias foram feitas durante a segunda vez em que Jacaré e seus companheiros foram ao Rio de Janeiro, em 1942.<sup>12</sup>

A idéia da viagem parece ter partido do líder da Z-1, o jangadeiro Jacaré. É isso que sugere a Sr.<sup>a</sup> Lyrisse Porto, à época professora dos filhos dos pescadores da Colônia da Praia de Iracema. A

<sup>10</sup> CASCUDO, op. cit., p. 42.

<sup>11</sup> THOMPSON, E. P. A economia moral da multidão inglesa no século XVIII. In: \_\_\_\_\_. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 150-160.

<sup>12</sup> Jacaré esteve pela segunda vez no Rio de Janeiro, em 1942, para participar de uma reunião de discussão sobre a formação da Cooperativa dos Pescadores do Brasil. Os outros três vão ao seu encontro juntamente com Welles, para a realização das filmagens do episódio Quatro Homens Em Uma Jangada. Além do envolvimento com o projeto da Cooperativa e do filme, os quatro voltam aos jornais e fazem sérias denúncias, envolvendo a diretora da Associação de São Pedro e a Federação dos Pescadores do Ceará. NEVES, B. A. de C., op. cit., p. 101; Cf. *O Radical*, Rio de Janeiro, 28 mar. 1942.



professora informou que foi procurada pelo “Sr. Meira” para lhe falar de um sonho que alimentava: ir até a Capital Federal falar com o presidente Vargas sobre o sofrimento e penúria a que estavam condenados os pescadores do Ceará. Para realizar esse sonho, precisava da ajuda da professora, para que ele e o companheiro Tatá pudessem ler e escrever. O aprendizado durou cerca de um ano e meio, período suficiente para que Jacaré, que freqüentou assiduamente as aulas, ao contrário de Tatá, se alfabetizasse.

Como Jacaré chegou a essa determinação é difícil saber, mas é possível presumir que tenha tomado conhecimento das idéias e ações do Estado Novo através dos canais de divulgação controlados pelo governo no período, em especial o rádio, pois, apesar de não possuir um aparelho particular, programas radiofônicos eram transmitidos em praças, alcançando um grande número de ouvintes. A imprensa, o rádio e o cinema, além da publicação de cartazes, folhetos, etc., funcionaram como importantes e eficazes instrumentos de propaganda das ações estatais bem como da divulgação das qualidades dos governantes, em especial do presidente Getúlio Vargas.<sup>13</sup>

Compreendo que esse apelo estatal tocava os trabalhadores brasileiros e tocou Jacaré e seus companheiros, já que eles se percebiam referidos e inseridos no discurso governamental. Jacaré e seus companheiros devem ter compreendido que, através de seu trabalho, que exigia-lhes cotidianamente esforço, coragem e bravura, encarnavam elementos presentes na fala da propaganda estatal e que, portanto, estava aberto um canal de entendimento entre eles e os representantes do Estado. Isso talvez explique, em parte, a insistência dos pescadores em fazer a travessia Fortaleza-Rio de Janeiro em uma rústica jangada de piúba, instrumento usual do trabalho diário.

Outra iniciativa encampada pelo governo federal parece ter entusiasmado e encorajado os jangadeiros a irem a até a capital da República: trata-se da criação de uma escola de pesca na ilha de Marambaia, no Rio de Janeiro. A iniciativa da escola partiu de

---

<sup>13</sup> CAPELATO, M. H. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. Campinas: Papyrus, 1998. p. 77. Segundo essa autora, o número de rádio-receptores aumentou, durante o Estado Novo, de 357.921 aparelhos para 5.659.762 em 1942. *Ibid.*, p. 76.

um grupo católico de assistência social, que, após apresentar o projeto a representantes do governo, viu, através de despacho oficial, a escola ser considerada escola padrão do governo federal, recebendo a denominação de Escola de Pesca Darcy Vargas, nome da esposa do presidente da República. O próprio presidente, em visita as obras, teria sugerido ainda como meta do seu governo a doação de um barco motorizado e uma casa a cada pescador. A instituição, que, a princípio, pretendia atender apenas a população local, passa a oferecer vagas a filhos de pescadores de todo o litoral brasileiro, procurando desenvolver, entre eles, *assistência moral, sanitária e técnica*.<sup>14</sup>

Essa assistência moral associa-se, em parte, ao combate a certos vícios tradicionalmente atribuídos aos jangadeiros, em especial ao consumo de bebidas alcoólicas. Câmara Cascudo, em seu estudo etnográfico sobre os jangadeiros, salienta esse aspecto, enfatizando o caráter de grupo que acompanha esse hábito, como outros da vida do pescador, que sem a *turma* é um ser *incompleto*.<sup>15</sup> Os filhos dos pescadores, na escola, retirados de seu ambiente de convívio, recebiam, ao mesmo tempo, instruções da pesca moderna e de assistência sanitária e moral, que os afastariam dos maus hábitos.

Mas, compreendendo a mensagem do governo, o que iam fazer na Capital Federal os jangadeiros e porque ir de modo tão arriscado, em uma frágil jangada de piúba?

Durante os preparativos da viagem e após se ter garantido os meios necessários à sua realização, através da ampla campanha de arrecadação de dinheiro e víveres para os pescadores e suas famílias, a viagem ficou adiada por alguns dias devido à demora em chegar a autorização do órgão competente, no caso a Marinha Mercante. Durante esses dias, os jangadeiros fizeram várias visitas à imprensa, solicitando apoio a fim de convencer as autoridades a autorizarem a partida. Nesse momento, receberam a sugestão de fazerem chegar ao presidente por outros meios suas reivindicações, o que foi prontamente recusado pelos quatro.

Jacaré e seus companheiros queriam ir de jangada e eles mesmos entregariam pessoalmente o documento reivindicatório

---

<sup>14</sup> MARAMBAIA: Escola de Pesca Darcy Vargas. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1942.

<sup>15</sup> CASCUDO, op. cit., p. 32.

ao presidente e se entenderiam diretamente com Vargas. A pressão da imprensa foi grande e várias insinuações foram feitas sobre o conteúdo das denúncias a serem feitas e os interesses e privilégios que iriam contrariar. Até mesmo no Rio de Janeiro o eco do apelo dos jangadeiros e de seus “protetores” foi ouvido. É o que demonstra a matéria de Austregésilo de Athaide, veiculada no jornal carioca *Diário da Noite*, de 11 de setembro de 1941, sob o título emocional *Deixem Vir Os Jangadeiros*, que discutirei no item a seguir.

Arrisco interpretar que os pescadores cearenses de 1941 compreenderam o peso simbólico de uma viagem reivindicatória realizada em uma rústica jangada naquele momento da vida do país. Para eles era um risco que já estavam acostumados a correr. É certo que se espantaram com baleias, tubarões, falta de ventos, temporais e outros problemas enfrentados ao longo da viagem. Mas isso não seria um grande obstáculo, já que vislumbravam com a ida ao Rio de Janeiro a chance de mudar o destino dos inúmeros trabalhadores do mar, que viviam sem escola, saúde, assistência e sendo explorados pelos donos de jangadas. Na mensagem entregue ao presidente Vargas, os jangadeiros dão pistas do sentido da viagem, nesse documento descrita como um ato de *respeito e devotamento, reverência e simpatia*:<sup>16</sup>

*Os pescadores do Ceará, cheios de mais justificado amor patriótico e levados pelo desejo de prestar a v. exa. uma homenagem toda particular, incumbiram-nos de trazer até a capital da República uma das nossas típicas embarcações, na qual fomos portadores desta Mensagem. Homens de trabalho homens de Fé, homens de alma brava embora rude, os pescadores do Ceará sentiram que não bastava enviar a v. exa. por intermédio dos Correios uma afirmação de respeito e devotamento que dedicam ao presidente do Brasil. Quiseram que a jangada de que se servem diariamente para conquistar com perigo de vida o pão para si e para os seus fosse o veículo natural para essa manifestação de reverência e simpatia. E coube-nos, a nós, desempenhar essa tarefa. Para muitos pareceu*

---

<sup>16</sup> O documento se refere a entrega da jangada ao presidente Vargas, mas, na verdade, era para Dona Darcy Vargas, esposa do presidente, e fundadora da Escola de Pesca de Marambaia. Essa jangada serviria para ornamentar a frente dessa escola, Cf. *Unitário*, Fortaleza, 26 nov. 1941.

*demasiada audácia vir de Fortaleza ao Rio de Janeiro numa tão frágil embarcação. Mas para nós acostumados ao mar e aos seus enganos, era apenas uma questão de mais coragem e de mais paciência.*<sup>17</sup>

Durante a viagem, os jangadeiros são inquiridos acerca do que iriam contar a Getúlio e o que queriam lhe pedir. Afirmavam que iam denunciar três práticas que ocorriam no mundo da pesca e que dificultavam a vida dos pescadores: a prática dos “currais”, espécies de cercas que aprisionavam o pescado ainda pequeno impedindo-o de se reproduzir e, assim, limitando a pesca artesanal; os “atravessadores”, aqueles que comercializavam o pescado, se colocando entre o pescador e o mercado; e a prática da “meia”, através da qual o dono da jangada ficava com metade do pescado, enquanto a outra metade era dividida pelos quatro pescadores, que, normalmente, participavam de uma pescaria. Em Macaé, falando a jornalistas do *Diário da Noite*, mestre Jerônimo mostra o “memorial” que iriam entregar ao presidente, contendo essas denúncias e suas reivindicações, exclamando, com a linguagem característica da fala dos homens do povo, rica em metáforas e fortemente emocional: *Sabe o que é isto? É o memorial que vamos entregar ao presidente da República. Agora vai acabar a ‘canja’ do dono da jangada ficar de papo pro ar, gozando a vida à custa do nosso suor.*<sup>18</sup>

Pelo conteúdo das denúncias e da representação acima construída, é possível interpretar que os pescadores não estavam satisfeitos com a forma como os produtos resultantes de seu arriscado trabalho eram divididos. Essas práticas — refiro-me aos atravessadores e à meia, impostas por uma economia de mercado e pela lógica de quem tem propriedade tem o poder de decidir sobre a riqueza socialmente produzida — entravam em choque com uma concepção própria de justiça e de direitos fundamentados no valor moral do trabalho. Jacaré e seus companheiros não contestavam o direito de propriedade em si, nem a função do

<sup>17</sup> A linguagem escrita de modo correto sugere que seu conteúdo passou pela revisão de alguém mais letrado do que Jacaré, mas pela autonomia demonstrada pelo jangadeiro e certa desenvoltura manifestada na organização de seu pensamento, que tanto impressionou aqueles que com ele travaram contato, me autoriza a sustentar a hipótese de que era o autor do documento.

<sup>18</sup> *Diário da Noite*, Rio de Janeiro, 6 nov. 1941.

mercado, mas consideravam injustos e lesivos ao trabalhador — que era quem se arriscava na obtenção do produto, e que, portanto, deveria ser o maior beneficiado — os mecanismos de controle da pesca colocados progressivamente em prática pelos comerciantes, durante os anos de 1930.

Câmara Cascudo, em seu estudo mencionado, publicado nos anos de 1950, descreve essa tensa situação de partilha do pescado e da relação com o proprietário da embarcação e com os atravessadores. Sugere uma certa hierarquia entre os tripulantes da jangada em pescaria e a permanência de alguns costumes:

*O dono da jangada, pesque ou não, tem direito à metade do pescado obtido. Raramente, o mestre é proprietário. Para a divisão do monte, todos os peixes reunidos no final, há uma marcação individual de cada jangadeiro. O mestre não tem sinal algum. Peixe limpo de marca é do mestre. O proeiro corta uma ponta da cauda do seu peixe e o bico de proa as duas pontas. O contra-bico tira, com a peixeira afiada, um lapo no focinho do peixe. O proprietário fornece todos os aviamentos, anzóis, cordas, calas de linha, bicheiro, saçanga, araçanga, samburás, barril de aguada e mesmo a alimentação. Recebe cinquenta por cento da pescaria feita pelo mestre, proeiro e bico de proa e do contra bico se este viaja. Um direito consuetudinário é o mestre receber do proprietário alguns peixes, 'de quebra', como gratificação. Cada jangadeiro leva, por uso velho, um ou dois peixes para casa, 'a ceia'. O jangadeiro não vende seu pescado. Vende-o ao 'atravessador', ao peixeiro, que se finge pescador, contando as maravilhas heróicas que sabe de ouvido. Encalhada a jangada nos rolos, puxada para o seco, retiram os aviamentos, utensílios de pesca, e vão para casa, esperar o peixe cozido com pirão escaldado e recomeçar, na madrugada imediata, a mesma tarefa.<sup>19</sup>*

Se for levado em consideração que apenas nas décadas de 1910-1920 o pescado se torna uma mercadoria e que, nesse processo, surgem as figuras de não pescadores que se colocam entre os trabalhadores diretos, o fruto do trabalho e o mercado,

---

<sup>19</sup> CASCUDO, op. cit., p. 27. É o mesmo Cascudo, na página 26, que nos informa que, no Ceará, os nomes recebidos pelos tripulantes de uma jangada de pesca eram: mestre, proeiro, rebique e bico de proa.

no caso os proprietários de jangadas e os atravessadores, é possível admitir que estava em construção uma lógica capitalista de mercado ainda não inteiramente absorvida e aceita pelos pescadores artesanais. Além do mais, haviam obrigações morais assumidas pelos pescadores em seus círculos de convivência na comunidade pesqueira, que requeriam a manutenção constante de um excedente. Refiro-me ao auxílio prestado a velhos, pescadores inválidos, viúvas e órfãos da comunidade.

Mesmo considerando os diferentes contextos históricos, acredito poder aproximar essa noção de *justiça e direitos fundamentados na moral do trabalho e da comunidade*, elaborados pelos jangadeiros, do conceito de *economia moral*, articulado por Edward P. Thompson.<sup>20</sup> O interessante é reconhecer que a leitura que os jangadeiros faziam do momento histórico em que viviam os estimulava a encaminhar ao representante do Estado essas denúncias. Isso, ao meu ver, está inteiramente de acordo com os pressupostos teóricos que embasaram o projeto político do Estado getulista. Os ideólogos do Estado Novo não pregavam que a desorganização econômica em que vivia o país era resultado dos excessos de liberalismo da Primeira República? Não atribuíam, justamente, ao Estado nacional a tarefa de harmonizar os interesses conflitantes entre o capital e o trabalho e colocar limites ao mercado?<sup>21</sup>

---

<sup>20</sup> Thompson estava preocupado em compreender os motins de fome que ocorriam na Inglaterra do século XVIII. Acreditava que ali existia bem mais do que uma *reação espasmódica* dos populares, que saqueavam porque tinham fome. Na verdade, reconheceu nas ações daqueles homens e mulheres uma resistência à introdução de novas regras de mercado que contrariavam normas aceitas pela comunidade e legitimadas pelo costume e pela tradição, Cf. THOMPSON, E. P. A economia moral da multidão inglesa no século XVIII. In: \_\_\_\_\_. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 150-202; THOMPSON, E. P. Economia moral revisitada. In: \_\_\_\_\_. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 203-266; NEVES, F. de C. Economia moral *versus* moral econômica, ou: o que é economicamente correto para os pobres? *Projeto História*, São Paulo: EDUC, n. 16. p. 39-58, 1998.

<sup>21</sup> Uma brilhante análise desses pressupostos teóricos, com a qual concordo inteiramente, pode ser encontrada em GOMES, A. de C. *A invenção do trabalhismo*. São Paulo: Vértice: Rev. dos Tribunais; Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988. p. 205-228.

O memorial entregue pelos jangadeiros, transcrito nos jornais, não toca nessas denúncias. Elas foram proferidas verbalmente, tanto a jornalistas durante o trajeto, quanto no encontro com Getúlio Vargas, no Palácio Guanabara. O documento, a parte mais oficial da viagem, dá conta de afirmar o apoio e admiração dos jangadeiros ao Estado, materializado na figura “paternal” de Vargas, e do pedido de amparo através da legislação social.

Como já me referi, os jangadeiros já eram acostumados ao trato com autoridades e membros das elites locais. Durante a viagem, esse círculo se amplia com o contato com interventores federais, prefeitos, padres, cardeais, e, no Rio, esses contatos atingem o clímax no encontro com altas autoridades do Estado, em especial o representante do Ministério do Trabalho, Luis Augusto Rego Monteiro, que discursou junto com Jacaré no cais Monroe, e o presidente da República. Para os jangadeiros, isso significou, em meu entender, uma oportunidade de ampliação da noção de direitos, agora não dependente apenas da vontade de pessoas, mas da iniciativa política de uma entidade abstrata, o Estado.

Está claro que esse círculo maior de contatos, incluindo Vargas, valorizou a relação pessoal direta, buscando, em certa medida, personalizar esses contatos, confundindo a ação estatal com a ação pessoal. O próprio Vargas, fiel a seu estilo, teria dito, segundo depoimento de Jacaré aos jornalistas, no encontro com o jangadeiro: *Conte tudo, não me esconda nada*. O encontro do chefe de Estado com um representante de uma corporação profissional ocorria como entre dois amigos, sob os olhares curiosos e quase em êxtase de uma multidão de admiradores, criando um clima de comoção e de exacerbada manifestação patriótica.<sup>22</sup>

Mas, acredito, isso não impediu que, para os jangadeiros, houvesse a ampliação da noção de cidadania, entendida aqui como a satisfação de direitos sociais, resultantes da legitimação da condição de trabalhador. Por outro lado, a própria noção de identidade social dos jangadeiros é modificada com a consciência, expressa por Jacaré a Vargas, de que após conhecer a realidade de miséria dos trabalhadores do mar do litoral brasileiro, se deu conta

---

<sup>22</sup> Os jornais cariocas e cearenses cobrem cada momento da permanência dos jangadeiros no Rio de Janeiro e ilustram bem o caráter apoteótico da recepção preparada a esses trabalhadores. NEVES, B. A. de C., op. cit., p. 71-86.

de que deveria falar em nome dos pescadores brasileiros e não apenas de seus companheiros do Ceará.<sup>23</sup>

O documento entregue a Getúlio, de caráter mais oficial, portando uma reivindicação de leis de amparo, sinaliza para uma ação do Estado. O tom é de reverência ao presidente, personalizado, reafirmo, mas que sinaliza com o contato com outras esferas de ação, com o universo das leis:

*Confiando inteiramente em v. exa., sr. Presidente, os pescadores do Ceará nos mandaram aqui para saudando v. exa. lembrar-lhe também que os sentinelas avançadas do litoral nortista ainda não foram devidamente amparados pelas leis sociais que v. exa. tem promulgado para bem da coletividade nacional. Não possuem os homens que labutam nos perigos da pesca o seu instituto de aposentadoria e pensões, não sabem o que sejam férias nem licença com remuneração, não podem almejar possuir uma casinha em que abriguem a numerosa família. Os pescadores cearenses habitam em casas de palha e, por falta de um órgão controlador das suas atividades, o produto dos seu trabalho mal é suficiente para o sustento de uma vida miserável. Os pescadores cearenses não conhecem o mais mínimo sinal de conforto na vida, seja familiar, seja social, seja profissional. E este abandono ainda persiste porque não é do conhecimento de v. exa., estamos certos. E foi para que não mais continuasse tal situação que nos abalamos até aqui, vencendo os tropeços de uma travessia perigosa e fatigante. Queríamos, por um lado, dar uma demonstração do quanto vale a fé, a coragem, o desprendimento do pescador cearense. E, por outro, conseguir a atenção de v. exa. para esses problemas que pedem uma solução por parte do estado.*<sup>24</sup>

O tom dessa carta reivindicatória é de um acerto de contas entre instâncias que se respeitam e confiam uma na outra. A viagem teve, para os jangadeiros, além das características que acima ressaltei, essa função simbólica de confirmar uma relação de admiração, respeito e fidelidade. O que o Estado getulista pregava

<sup>23</sup> *Diário da Noite*, Rio de Janeiro, 17 nov. 1941.

<sup>24</sup> *Unitário*, Fortaleza, 26 nov. 1941. Convém assinalar que esta estratégia narrativa — apresentar os fatos denunciados como se não fossem do conhecimento do governante — se assemelha às cartas enviadas a Vargas por populares, analisadas em FERREIRA, J. *Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular (1930-1945)*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1997.



era entendido e aceito pelos pescadores, pois ia ao encontro de suas próprias visões de mundo e de sua moral baseada no valor do trabalho. Por sua vez, a ação dos pescadores, permeada pela coragem, pureza e sinceridade, materializava a projeção do trabalhador brasileiro que o Estado visava proteger dos excessos do liberalismo. São projeções idealizadas, de ambos os lados, mas que realizavam concretamente as necessidades simbólicas e materiais em jogo. *Os recursos de poder eram diferentes*, como acentuou Angela de Castro Gomes, mas se constituiu, de fato, um diálogo, uma troca, a relação Estado e trabalhadores no Brasil dos anos de 1930, era, de fato, *uma via de mão dupla*.<sup>25</sup>

Jacaré e seus companheiros ouviram de tantos com quem toparam durante a viagem que suas ações eram a mais pura demonstração das qualidades da nação que estava em construção. Essa era uma idéia por demais abstrata para ser compreendida por eles com o mesmo sentido em que era construída e expressada pelas autoridades. Suas ferramentas cognitivas, porém, marcadas pela necessidade de referência ao concreto, a experiência vivida, efetuaram uma leitura própria desses discursos e dessas práticas. Se esse projeto de nação, como já tinham tido notícia e comprovaram com a viagem, garantia um lugar para os destemidos trabalhadores do mar de todo o Brasil e lhes dava voz, então também queriam embarcar nesse projeto.<sup>26</sup>

---

<sup>25</sup> Cf. GOMES, op. cit.; FERREIRA, J. (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

<sup>26</sup> Concordo, em parte, com José Murilo de Carvalho, para quem o modelo de cidadania no Brasil se assemelha ao caso alemão, caracterizado pela ação de “cima para baixo”, em que o Estado toma a iniciativa de encaminhamento das questões relativas aos direitos. O caso do trabalhismo getulista e sua ênfase no enfrentamento das chamadas “questões sociais” e dos “direitos sociais” daí resultantes é um exemplo claro disso. Entretanto, acho que isso não exclui uma ação de baixo para cima, onde os trabalhadores elaboram suas próprias concepções de direitos, que podem coincidir com as do Estado, como é o caso do período em que estou analisando. Ver: CARVALHO, J. M. de. *Cidadania: tipos e percursos*. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 18, p. 337-359, 1990. Acho que a idéia de “via de mão dupla”, utilizada por Angela de Castro Gomes, se aplica também a essa noção de cidadania, Cf. GOMES, op. cit. Segunda Parte. com as do Estado, como é o caso do período em que estou analisando. Ver: CARVALHO, J. M. de.

Nessa perspectiva, Welles estava certo quando observou que, com essa arriscada viagem, os jangadeiros estavam dando um primeiro passo para serem inseridos na nação. Para eles, isso significava, concretamente, ter a oportunidade de expressarem e lutarem por aquilo que consideravam direitos de quem trabalha honestamente.

#### A "FIBRA DA NACIONALIDADE": A SAGA DOS JANGADEIROS E A NAÇÃO

John Breuilly defende uma abordagem do nacionalismo como política, argumentando que, para o historiador, a ação política deixa uma gama significativa de registros históricos, através dos quais se pode com segurança construir explicações. Por outro lado, argumenta, ainda, a esse respeito, que essa ação tende a estar acompanhada por um suporte de doutrinas e de sentimentos.<sup>27</sup>

Mesmo concordando com esse autor, tentarei discutir o nacionalismo dos anos de 1940, a partir da perspectiva de uma "estrutura de sentimentos",<sup>28</sup> através de um conjunto de representações construídas a partir do episódio da viagem dos jangadeiros, que dão conta, em meu entender, de um certo "clima nacionalista". Não me deterei, portanto, na ação política propriamente dita. Minha opção se justifica pelo fato de considerar que a ação política, bem como o ideário político do período, já terem sido suficientemente discutidos, em importantes estudos. Considero que em nada poderia eu acrescentar a esses trabalhos, enquanto as evidências que disponho acerca da viagem dos jangadeiros podem fornecer elementos ricos para compreender as projeções políticas de caráter nacionalista das elites e de membros da esfera estatal.<sup>29</sup>

---

Cidadania: tipos e percursos. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 18, p. 337-359, 1990. Acho que a idéia de "via de mão dupla", utilizada por Angela de Castro Gomes, se aplica também a essa noção de cidadania, Cf. GOMES, op. cit. Segunda Parte.

<sup>27</sup> BREUILLY, J. Abordagens do nacionalismo. In: GOPAL, B. (Org.). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. p. 155-185.

<sup>28</sup> Cf. WILLIAMS, R. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. p. 130-137.

<sup>29</sup> Cf. GOMES, op. cit.

Já fiz referência à rede de relações paternalistas que envolvia os pescadores cearenses na época do primeiro *raid* ao Rio de Janeiro, em 1941. Diferente do que mostrou Orson Welles, os pescadores da São Pedro viviam em um meio urbano, e não em uma comunidade isolada. Seu trabalho e as relações sociais aí travadas eram marcados pela ambigüidade dessa condição. O tipo de trabalho, a pesca artesanal, possuía ao mesmo tempo características de um meio rural, mas estava inserido na cidade/capital, em meio a uma estrutura que mais e mais se mercantilizava.

Para a concretização da viagem ao Rio de Janeiro, essa rede de relações compartilhada pelos jangadeiros da praia de Iracema é acionada. O presidente do Jangada Club, espaço elegante da localidade, organiza uma regata para angariar fundos para a construção da jangada, que recebe o nome de São Pedro; o padre da Paróquia da Praia de Iracema conclama seus superiores para a cerimônia de batismo da jangada e para as bênçãos aos pescadores; a diretora da Associação Católica de Assistência aos Pescadores, considerada a “madrinha do *raid*”, movimenta uma ampla campanha para levantar dinheiro e donativos; o próprio interventor federal Menezes Pimentel participa do rol dos entusiastas e colaboradores da arriscada investida dos pescadores.<sup>30</sup>

Um documento, em especial, fornece algumas pistas sobre o tipo de entendimento que alguns dos contemporâneos do *raid* da São Pedro construíram sobre esse episódio, em consonância com a idéia de nação. Trata-se do “livro do *raid*”,<sup>31</sup> um caderno conduzido pelos pescadores durante toda a viagem, onde pessoas dos mais diversos lugares do litoral brasileiro deixaram marcas suas impressões. Desde 1942, através da doação de Dona Mariinha Holanda, a “madrinha do *raid*”, esse livro constitui-se em um objeto museológico, do acervo do Museu do Estado.

O “livro” do *raid* em Jangada Fortaleza-Rio, em 1941, foi, provavelmente, idealizado e organizado pela Sra. Mariinha Holanda, então diretora da Associação de São Pedro da Praia de Iracema. Foi conduzido pelos quatro pescadores cearenses durante todo o período de realização da viagem, 61 dias, entre a navegação

---

<sup>30</sup> Os jornais locais, em especial *O Povo*, *Unitário* e *Correio do Ceará*, dão ampla cobertura desses acontecimentos, durante os meses de agosto e setembro.

<sup>31</sup> *DIÁRIO dos Jangadeiros*, 2004.

em alto mar e os intervalos em terra durante as escalas, mais os 15 dias em que permaneceram na Capital Federal. As páginas do diário estampam diferentes grafias, demonstrando ser o resultado de um trabalho coletivo, construído por muitas mãos. Em grande parte, são registros de autoridades ou outras pessoas de destaque da sociedade daquela época: prefeitos, interventores, vigários, cardeais, funcionários públicos, presidentes de federações de pesca, estudantes universitários, autoridades do Estado Novo, dentre outros.

Dona Mariinha Holanda, a provável redatora das páginas de abertura, é a última pessoa a assinar, como diretora, a página de encerramento, redigida pelo então secretário da associação praieira, Sr. Celso Gomes de Matos. O diário é composto de 100 páginas, entre textos manuscritos e recortes de jornais com referência ao *raid* ou aos protagonistas do episódio. Em cada página em branco que intercala os escritos do “livro” aparece a letra Z, talvez alusiva à denominação utilizada para designar as colônias de pesca, preenchendo todo o espaço. Será a única marca dos jangadeiros, autores da façanha e ausentes de registro no diário?

Não são apenas Jacaré, Jerônimo, Mané Preto e Tatá os ausentes no “livro” do *raid*.<sup>32</sup> As mãos calejadas de outros trabalhadores braçais também não aparecem. Mãos que estavam a pescar, a semear a terra, a embalar crianças alheias, a preparar iguarias nos lares brasileiros, viram os jangadeiros passar e certamente se admiraram e se orgulharam com o feito de seus irmãos de condição, mas não tiveram tempo, nem como registrar suas impressões. Muitos deles não poderiam fazê-lo, mesmo que lhes fosse dada oportunidade, pelo simples e cruel fato de não saberem se expressar pela escrita.

Em todas as páginas do “livro” são ressaltadas as qualidades de bravura, coragem e fibra dos jangadeiros, chamados de “lobos do mar”, “intrépidos”, “arrojados”, “destemidos”, “representantes autênticos da raça forte do nordeste”, dentre outras designações. Nesse esforço de exaltação da raça, Euclides da Cunha

---

<sup>32</sup> Jacaré é o autor de um outro registro confeccionado durante a viagem ao Rio de Janeiro, seu “caderno de notas”, presenteado aos jornalistas Edmar Morel e David Nasser, que o publicam, no mês de novembro de 1941, nos jornais *Diário da Noite* e *O Globo*, sob a denominação de *Diário de Bordo da Jangada São Pedro*, Cf. *DIÁRIO dos Jangadeiros*, 2004. p. 187-201.

é recorrentemente evocado, de modo descontextualizado, como demonstrarei adiante, através de sua máxima: *o sertanejo é antes de tudo um forte*. Essas qualidades são, realmente, admiradas e, porque não dizer?, reverenciadas por todo o país, que fica sabendo do *raid* através da ampla cobertura da imprensa e do rádio. Suscita em muitos que ouvem falar do episódio, ou que têm contato com os jangadeiros durante a travessia, arroubos de orgulho e de manifestação patriótica. O *raid* passa a ser representado nas páginas do “livro” como sinônimo da nação que muitos acreditam estar sendo, finalmente, construída, como demonstram as palavras do prefeito de Macau, primeira escala dos pescadores cearenses, registrada na página 47 do diário:

*O povo macauense saúda os destemidos pescadores patricios, revendo na sua dedicação, coragem e intrepidez todo o valor moral da nação brasileira, tantas vezes demonstrado através das páginas da história.*<sup>33</sup>

Também o interventor federal no Rio Grande do Norte, Raphael Fernandes, registra sua admiração com a viagem da São Pedro, situando-a como um momento importante na construção daquilo que denomina “civilização nordestina”, não deixando de ressaltar a afirmação da raça forte que compõe esse território, conforme consta da página 51:

*Quatro destemidos jangadeiros cearenses tentam jornada difícil e árdua, suficientemente imponente e admirável, para sagra-los legítimos representantes da raça forte, altiva e brava que povoa o nordeste brasileiro. Deste espécime de homens ousados e eugênicos, dessa parte do nosso país, vão surgindo as gerações novas que, com as elites intelectuais e outras agremiações vitais, ajudam a construir a civilização nordestina. O Rio Grande do Norte se orgulhará com o êxito dessa epopéia, assinaladora dos índices de energia e patriotismo de nossa gente.*<sup>34</sup>

Mas a coroação da saga da São Pedro e de seus tripulantes se dá na cidade do Rio de Janeiro, destino almejado pelos quatro

---

<sup>33</sup> DIÁRIO dos Jangadeiros, 2004. p. 47.

<sup>34</sup> Ibid., p. 51.

pescadores, onde encontrariam o presidente Vargas. Uma comissão já havia sido formada especialmente para cuidar dos festejos de recepção dos cearenses, e essa não poupou esforços em cobrir o evento de pompa e comoção.

Uma multidão, segundo os jornais, aguardava os jangadeiros já no desembarque da baía de Guanabara, seguindo-os por todo o trajeto em que desfilaram até o palácio Guanabara, onde, no mesmo dia, foram recebidos pelo presidente da República. Dos edifícios da Av. Rio Branco choviam papéis picados, enquanto os jangadeiros desfilavam em cima de um carro aberto, segurando, orgulhosos, a bandeira brasileira.

Durante quinze dias, os pescadores estiveram entre os cariocas, participando ativamente das várias solenidades para eles preparadas. Conversaram com o presidente, expuseram a ele a situação miserável a que estavam condenados e solicitaram seu auxílio e proteção. Discursaram em praça pública, deram entrevistas em jornais, enfim, concretizaram aquilo que estava programado.

As páginas do “livro” também registram esses dias na Capital Federal. O então diretor do importante Departamento Nacional do Trabalho, Sr. Luiz Augusto do Rego Monteiro, deixou assinalada sua leitura do feito dos quatro jangadeiros, legitimando-o também como uma demonstração da vitalidade do homem brasileiro. Como em outros escritos, os jangadeiros extrapolam em importância o recorte geográfico do Nordeste, ressaltado nos primeiros registros, para representar o conjunto da nação.

Rego Monteiro situa o feito dos jangadeiros como uma resposta a todos que menosprezam as virtudes do povo brasileiro, proclamando isso ao mundo. Essas calúnias, segundo ele, proclamam que:

*O nosso grande povo é formado de homens indolentes, apathicos, desanimados, ou fracos. A essa infâmia respondestes com exemplar e magnífica coragem! Demonstrastes ao inverso, a tenacidade, a Fortaleza de ânimo e a capacidade indomita da nossa gente brasileira! Insiste no raid como um exemplo de afirmação da raça brasileira, e diz: Sois, por taes virtudes, um sólido e esperançoso fundamento da nossa pátria imortal!*

Nas primeiras páginas do “livro”, os jangadeiros aparecem descritos como valorosos cearenses; durante a viagem, passam a legítimos representantes da raça nordestina; chegam ao Rio,

contudo, como “brasileiros”.<sup>35</sup> Em um momento da história do país em que se buscava construir uma idéia positiva do povo e dos trabalhadores do Brasil, o episódio protagonizado pelos jangadeiros cearenses se constitui em ação exemplar de construção de uma identidade nacional. Tanto os jangadeiros como o Estado trabalhista de Vargas apostaram no feito e se aproveitaram dos dividendos materiais e simbólicos que dele pudessem ser extraídos.

Esse apelo à noção de raça forte e sua relação com a idéia de nação também estão presentes em vários jornais que circularam no período. A imprensa, particularmente, se mostrou entusiasmada com o episódio. Além dos jornalistas, também poetas e escritores escreveram sobre o episódio, construindo sua própria interpretação. Durante a campanha promovida pelos *Diários Associados*, a fim de pressionar as autoridades a autorizarem a partida da São Pedro, o jornalista carioca Austregésilo de Athaide, como já fiz referência, engrossa o coro daqueles que torciam pela partida dos jangadeiros. Segundo suas palavras:

*Alguns jangadeiros cearenses, intrépidos nas labutas do mar, conceberam a idéia de vir na sua frágil embarcação, desde os verdes mares bravios até as águas tranqüilas da Guanabara. Queriam trazer ao Coração do Brasil esse testemunho de sua coragem. Mostrariam assim aos nossos olhos a realidade de uma*

---

<sup>35</sup> Acredito que esse registro histórico foi construído para figurar como uma memória autêntica do *raid* de 1941. Entretanto, os desdobramentos políticos da ação dos jangadeiros, o retorno a Fortaleza e o crescimento da liderança de Jacaré, a apuração de mais irregularidades, as novas denúncias feitas na segunda viagem ao Rio de Janeiro, inclusive contra pessoas que apoiaram inicialmente o *raid*, e a notoriedade alcançada pelos pescadores através do filme de Orson Welles, fizeram com que o diário fosse encerrado com uma outra imagem dos jangadeiros, descritos como vilões, traidores, ingratos, etc. Essa imagem coincide com aquela construída por Austregésilo de Athaide, depois da morte de Jacaré, quando sugere que, se os jangadeiros tivessem ficado em sua praia, quer dizer, “em seu lugar”, certamente nada disso aconteceria. Em artigo intitulado Ficassem lá longe na terra de iracema, insinua que os pescadores se deslumbraram com uma “Babilônia” – metáfora da corrupção dos costumes provocada pela vida mundana das cidades e pelo mundo glamouroso do cinema, característica de uma crítica conservadora da modernidade. Comento mais detalhadamente essas questões em NEVES, B. A. de C., op. cit., p. 99-114.

*das mais belas legendas da vida aventureira do nordeste. Assumiram os 'Diários Associados', o patrocínio jornalístico do audacioso empreendimento. O povo Cearense vibrou com a embaixada de jangadeiros, descendentes do velho caiçara, levando aos seus irmãos supercivilizados da capital, nos lenhos trançados em que afrontam as tempestades oceânicas, a saudação dos filhos de Iracema, um pequeno memento de comoção e de glória. O êxtase de uma epopéia no heroísmo diário da vida dos homens do mar. Dir-se-ia que de toda a parte viessem os aplausos e os estímulos a essa viagem desportiva, destinada a demonstrar a fibra da nacionalidade num dos seus povos mais caracterizados pela ousadia, a generosidade e o civismo. Pois houve quem embargasse. Para tal feito, simples e alto nas razões da sua finalidade, são exigidas as licenças burocráticas. É necessário que se pronunciem comissões, que se ouçam técnicos administrativos, que se dê a espontaneidade da idéia e o toque 'sensaborão' das licenças oficiais. Fio, no entanto, que todas essas formalidades cumpridas, pagos emolumentos e selos, deixem vir os jangadeiros, para exaltar a grandesa do Brasil.<sup>36</sup>*

Essa matéria de Athaide, bem como as páginas do "livro do raid", já ilustram uma tendência no discurso de exaltação da nacionalidade que busca se apoiar em elementos de uma tradição para referendar conquistas do presente. São utilizados recursos lingüísticos fortemente emocionais, como são os casos da referência ao Rio de Janeiro como o "coração do Brasil", ou seja, a parte que vibra, que pulsa emocionada. Os jangadeiros, como descendentes "caiçaras", são cercados por uma imagem idealizada e mítica de homens valorosos, que davam, com sua "viagem desportista", uma prova da "fibra da nacionalidade", sinônimo de generosidade, ousadia e civismo, para os "supercivilizados" das cidades. Já é possível ver aí se delineando a projeção de nação das elites intelectuais e o lugar que cabia ao feito dos jangadeiros nesse projeto.<sup>37</sup>

<sup>36</sup> ATHAIDE, Austregésilo. Deixem vir os jangadeiros. *Diário da Noite*, Rio de Janeiro, 11 set. 1941. Grifos nossos.

<sup>37</sup> Respeitando as diferenças de temporalidade e contexto, percebo uma aproximação dessas representações sociais daquelas discutidas por Norbert Elias ao situar a ascensão das classes médias européias, particularmente alemãs, e a substituição de projeções de futuro, fundamentados nas idéias de civilização e progresso, por projeções que buscavam uma afirmação de



Durante os 61 dias de viagem de Fortaleza ao Rio de Janeiro, além das matérias de cunho mais informativo, também foram veiculadas crônicas e poemas de homenagem aos jangadeiros. Em grande parte, essas matérias construía uma imagem grandiosa da figura dos jangadeiros, “intrépidos”, “destemidos”, “lobos ou leões do mar”, “novos ulisses”, etc. Em consonância com a auto-representação dos próprios jangadeiros, e também de acordo com o projeto cultural do Estado, foi se construindo uma imagem extremamente positiva dos homens do mar.

As matérias, crônicas, odes e poesias veiculadas nos jornais sinalizam para a força simbólica que teve a viagem Fortaleza-Rio de Janeiro, realizada por quatro rudes jangadeiros em uma precária jangada, alimentando o otimismo de grande parte dos intelectuais brasileiros para com o país, nação que, finalmente, tomava um rumo certo. Em uma época de ditadura, quando havia um órgão diretamente encarregado de fiscalizar os meios de comunicação de massa no Brasil, é claro que esses jornalistas sabiam que essas matérias e suas representações aí veiculadas iam ao encontro do projeto de nação do Estado. Mas percebo que essa “estrutura de sentimentos”, mesmo sendo uma resposta à política estatal, era também resultado das leituras e projeções desse segmento social, que também apostou na “democracia social” de Vargas e dos ideólogos do Estado Novo.

Em meio a essas matérias, havia espaço, ainda, para uma exposição mais crua e direta da real situação vivida pelos pescadores e da legitimidade de suas reivindicações. Aliás, em todos os escritos produzidos no período, seja nos jornais ou em outros documentos, a ação dos jangadeiros é encarada como legítima e inadiável.

No trecho a seguir, publicado em jornal de Fortaleza, o lugar dos jangadeiros fica demarcado em oposição àqueles que, no país, vivem de futilidades e prazeres, às custas do suor dos trabalhadores — aqueles que “ficam de papo para o ar”, mencionados por Jerônimo. Assim, legitimava-se a ação dos pescadores cearenses,

---

suas próprias imagens presentes, dessa vez recorrendo à tradição. Ver: ELIAS, N. Uma digressão sobre o nacionalismo. In: \_\_\_\_\_. *Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1997. p. 117-158.

dignos trabalhadores brasileiros, valorizados pela ideologia do próprio Estado:

*Quatro jangadeiros estão a caminho do Rio, para falar com o presidente da República. Como o patriarca Noé, fizeram com as próprias mãos o lenho flutuante em que esperam, com uma confiança bíblica e bem nordestina, subsistir, com a classe, ao dilúvio social e econômico do século. Não os moveu ao perigoso raid um espírito de campeonato. Em seu carro de triunfos não há mais lugar para troféus de glórias meramente legendárias. Eles e os seus irmãos precisam de pão, livro e amparo para os filhos. São esposos, pais e cidadãos, e não turistas em eternos veraneios... Enquanto há yachts particulares embalando sobre as ondas a preguiça obesa e milionária de seus donos e milhares de felizes cruzam os mares pelo regalo de colher sensações e colecionar paisagens no álbum da memória; enquanto a primeira classe dos transatlânticos se diverte nos salões de luxo ou se embriaga de lua pelos convezes longos e aristocráticos, eles trabalham ao frio, à chuva, ao sol e à incerteza, dando muitas vezes a vida como isca ao peixe... Jangadeiros, operários do mar! Que Deus vos ajude, além da 'risca', na rota para a liberdade.<sup>38</sup>*

O escritor alagoano José Lins do Rego também escreve sobre os jangadeiros, de modo mais comedido, sem exaltação patriótica, mas também afirmando as qualidades excepcionais desses trabalhadores. De modo coerente, conclama Euclides da Cunha, não para referendar sua opinião, mas justamente para contestar a imagem do homem do litoral, descrito pelo escritor de *Os Sertões* como um *pobre doente, raquítico, neurastênico*, em oposição ao caboclo sertanejo, esse sim *um forte*. Para ele, Euclides modelava ao seu prazer e imaginação barroca a relação entre o homem e a natureza. De modo poético, Lins do Rego recorre às memórias de sua infância, em Alagoas, quando assistia ao movimento cotidiano dos pescadores:

*Mas Euclides que amassava matéria plástica para os seus afrescos via a realidade como ele queria ver. Foi assim que os praianos ficaram na sua frase reduzidos a um quase nada de gente. E era uma grande injustiça. Os homens que fazem os trabalhos do*

---

<sup>38</sup> JACQUES, J. Operários do mar. *O Povo*, Fortaleza, 16 set. 1941.

*mar, no Nordeste, são à primeira vista, mal julgados. Conheça-os bem. Desde a minha infância que me habituei a vê-los e admirá-los.*<sup>39</sup>

Com essas imagens, segmentos formadores da opinião pública, além de segmentos das elites e do Estado brasileiro, inseriram a viagem reivindicatória dos cearenses no contexto da idéia de nação que acreditavam estar sendo construída. Com a receptividade e apoio da imprensa, os jangadeiros de 1941 passaram a recorrer mais à visibilidade por eles proporcionada, utilizando-a como um instrumento de luta. Depois de concretizados os desfechos do episódio, em especial a morte de Jacaré,<sup>40</sup> os jangadeiros só tornaram a aparecer na imprensa com notícias de desaparecimento ou morte de algum jangadeiro, seja no mar ou em brigas. Também os outros *raids* foram noticiados, mas sem o tom espetacular utilizado no de 1941. Eram outros tempos, também de nacionalismo, mas de maior controle de ânimos. Os rumos tomados pelo país no pós-1945, e os desdobramentos trágicos da II Guerra, colocaram um freio nas estruturas de sentimentos otimistas e eufóricas dos anos de 1940.

#### OS JANGADEIROS E O ESTADO NACIONAL: ALGUMAS CONCLUSÕES

Francisco Weffort levanta questões, que a seu ver, constituem-se em paradoxos da experiência do populismo:

*Como entender as formas populistas de emergência das massas populares na política? Como entender o duplo paradoxo do populismo, de setores dos grupos dominantes que promovem a participação dos dominados e de massas que servem de suporte para um regime na qual são dominados?*<sup>41</sup>

---

<sup>39</sup> REGO, J. L. do Os jangadeiros cearenses. *O Povo*, Fortaleza, 6 nov. 1941.

<sup>40</sup> Jacaré morreu em 19 de maio de 1942, quando realizava as filmagens da chegada da jangada São Pedro ao Rio de Janeiro.

<sup>41</sup> WEFFORT, F. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. p. 11.

Na primeira pergunta de Weffort já está embutida parte de sua resposta, ou suas premissas. As massas populares emergem na política brasileira de forma “populista”. Para situar o “aparecimento” dessas massas, o autor discute a chamada “Revolução de 1930” e conclui que nenhuma das categorias sociais envolvidas no episódio tinha condições de legitimar o poder do Estado revolucionário: a classe média porque não tinha autonomia política, as camadas ligadas ao setor agrário-exportador porque estavam afastadas do poder pela crise econômica de 1929 e os agricultores afastados do setor exportador porque não se encontravam vinculados aos centros básicos da economia. É assim que “aparecem” as massas populares urbanas:

*Aparece, assim, o fantasma do povo na história política brasileira, que será manipulado soberanamente por Getúlio Vargas durante 15 anos. Através de Getúlio, o Estado criará uma estrutura sindical que controlará durante todas as décadas posteriores, doará uma legislação trabalhista para as cidades (atendendo assim a pressão das massas urbanas, que manipula, sem molestar os interesses do latifúndio), estabelecerá, através dos órgãos oficiais de propaganda, a ideologia do ‘pai dos pobres’. Enfim legalizará a ‘questão social’, ou seja, reconhecerá para as massas o direito de formularem reivindicações.<sup>42</sup>*

Pensar o povo como “parceiro-fantasma”, nas palavras de Weffort, significa pensar uma entidade sem existência efetiva, porque aparece manipulada pelo Estado. Mas esse autor reconhece, nas entrelinhas, que a legislação trabalhista “doada” por esse Estado é um atendimento às pressões dessas massas urbanas que esse Estado “manipula”. Por outro lado, também se dobra a constatar que esse Estado do pós 1930 “reconhecerá” o direito de reivindicação dessa categoria social.

A constatação da existência real de uma poderosa máquina de propaganda e uma adesão significativa da população ao projeto do Estado Novo levou esse pensador à conclusão geral de que propaganda mais adesão era igual à manipulação/cooptação. Entretanto, como mostrei acima, o autor, em várias passagens da mesma obra, reconhece o poder de pressão dessas massas, a possibilidade que enxergaram de, com esse Estado, formularem

---

<sup>42</sup> Ibid., p. 51.

suas reivindicações e, ainda, a aliança<sup>43</sup> que estabeleceram com alguns setores do Estado. Nesse sentido, o autor acaba por relativizar o sentido de manipulação e de passividade das massas, reconhecendo que, na aliança estabelecida entre o Estado e as massas urbanas, algumas das aspirações dessas últimas foram atendidas. É o caso de *reivindicação do emprego, maiores possibilidades de consumo e direito de participação nos assuntos do Estado*.<sup>44</sup>

Acredito que o problema das interpretações de Weffort e de suas conclusões se deva, por um lado, ao não reconhecimento do papel de sujeitos dessas massas urbanas e, por outro lado, à crença no super-poder de manipulação do Estado. Ao sugerir que, no pós 1930, “aparece” como “parceiro-fantasma” um novo personagem na vida política brasileira, as massas urbanas, Weffort nega a existência dessa categoria e de suas reivindicações e lutas em épocas anteriores ao marco histórico (1930)<sup>45</sup> e, por sua vez, também encobre sua existência efetiva, projeções, lutas, no pós-30, quando teriam passado, a partir de sua idéia de “populismo”, a serem manipuladas pelo Estado. Penso que a idéia de “populismo” que está na base dos questionamentos de Weffort não permitiu que ele desenvolvesse efetivamente as questões, paradoxais, que constatou na vida política brasileira.

A forma como os seus questionamentos foram formulados, portanto, estreitou as possibilidades de desenvolver respostas que dessem conta de toda a complexidade desse período da vida brasileira. Se retirássemos a palavra “populismo” e o conceito que lhe é resultante das perguntas de Weffort, talvez fosse possível vislumbrar um outro caminho para a explicação desse autor: Como entender as formas de emergência das massas populares na política? Como entender que grupos dominantes promovem a participação de dominados e de massas que servem de suporte para um regime no qual são dominadas? Acho que, mais do que

---

<sup>43</sup> Ângela de Castro Gomes reconhece que Weffort sugere a substituição de “manipulação” por “aliança”, mas que não investe nesse caminho, como também nenhum de seus seguidores, Cf. GOMES, A. de C. O populismo e as Ciências Sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. In: FERREIRA, 2001, p. 34.

<sup>44</sup> WEFFORT, op. cit., p. 76.

<sup>45</sup> Para uma crítica dessa periodização da História do Brasil, Cf. DE DECCA, E. S. 1930: o silêncio dos vencidos. 4 ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.

paradoxos, o autor encontraria nesse caminho um processo extremamente complexo, mas rico de significação.

Os estudos historiográficos a respeito da relação dos trabalhadores brasileiros com o Estado Novo (1937-1945) foram em grande parte redimensionados a partir dos anos de 1980, com a publicação da tese de Angela de Castro Gomes acerca da noção de trabalhismo.<sup>46</sup> Ao rejeitar alguns dos pressupostos do conceito de “populismo”, em especial o entendimento da noção de cooptação dos trabalhadores pelo Estado autoritário, a autora prefere entender a relação trabalhadores/Estado como uma “via de mão dupla”, em que os diversos sujeitos sociais efetuaram “trocas” materiais e simbólicas. A noção de “populismo”, como aquela desenvolvida por Weffort, tem como corolário, no que concerne a essa questão, a compreensão dos trabalhadores como “vítimas”, engabeladas pelas artimanhas persuasivas do “Estado de massas” que então se verificava.

*Há o desenho de uma relação em que um dos termos é concebido como forte e ativo, enquanto o outro é fraco e passivo, não possuindo capacidade de impulsão própria por não estar organizado como classe. As massas ou os setores populares, não sendo concebidos como autores /sujeitos nesta relação política, mas sim como destinatários/objeto a que se remetem as formulações e políticas populistas, só poderiam mesmo ser manipulados ou cooptados (caso das lideranças), o que significa precipuamente, senão literalmente, enganados ou ao menos desviados de uma opção consciente.<sup>47</sup>*

Não se deve entender, contudo, que o entendimento dessa via de “mão dupla” sugerida pela autora e a ênfase na reivindicação da condição de sujeitos sociais ativos para os trabalhadores brasileiros tenha como desdobramento o desprezo às estratégias de convencimento utilizadas pelo Estado do pós-37. Várias pesquisas já comprovaram que a sensibilização das massas para a aceitação e participação no Estado trabalhista era largamente

<sup>46</sup> Cf. GOMES, 1988; FERREIRA, 1997; CAPELATO, M. H. Estado Novo: novas histórias. In: FREITAS, M. C. *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998. p. 183-213.

<sup>47</sup> GOMES, 1988, p. 34-35.

utilizada, inclusive através dos meios de comunicação de massa e das solenidades organizadas em datas cívicas, em especial o dia 19 de abril, aniversário do presidente, 10 de novembro, aniversário do Estado Novo, e Primeiro de Maio, dia do trabalho.<sup>48</sup>

Se os trabalhadores brasileiros não podem ser reduzidos a seres amorfos e inocentes, que traíram a tradição de sua classe, vivamente evidenciada no período que antecedeu 1930, cedendo aos apelos emocionais do chefe da nação, devemos então reconhecer-lhes um papel ativo na condução de sua própria história, por mais incômodo que, em alguns momentos, suas ações possam parecer. Significa, no contexto que estou analisando, compreender de que modo esses homens interpretaram a fala e as ações desse Estado que a eles se dirigia, redirecionado suas bandeiras de luta. Isso não significa, entretanto, deixar de reconhecer, como sugere Angela de Castro Gomes, que os atores dessa relação, Estado e trabalhadores, possuem *recursos de poder diferenciados mas [são] igualmente capazes não só de se apropriar das propostas político-idológicas um do outro, como de relê-las*.<sup>49</sup>

O episódio protagonizado pelos quatro jangadeiros cearenses no contexto do Estado Novo se constitui em um rico momento de análise da forma como segmentos sociais populares interpretaram a proposta e ação do Estado e a partir daí organizaram suas demandas e estratégias de luta. Através das demandas pelos chamados direitos sociais, essas camadas pela primeira vez ousaram vivenciar sua cidadania social e política.<sup>50</sup> Por outro lado, sem o recurso da retórica, se sentiram, de fato, parte da nação brasileira.

Está claro que a idéia da viagem ao Rio de Janeiro partiu dos jangadeiros — ou apenas de Jacaré, como sugeri anteriormente, e foi logo encampada por seus companheiros. Para isso, se

---

<sup>48</sup> Cf. GOMES, 1988; CAPELATO, M. H., 1998. Vi evidências nos jornais de que a data prevista para chegada dos jangadeiros ao Rio era 10 de novembro, aniversário do Estado Novo. Não tendo conseguido cumprir essa previsão, os jangadeiros recebem o pedido das autoridades federais para entrarem na cidade em 15 de novembro, aniversário da República.

<sup>49</sup> GOMES, A. de C. O populismo e as Ciências Sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. In: FERREIRA, 2001. p. 46.

<sup>50</sup> Essa observação é feita por Francisco Weffort, em um de seus momentos de reconhecimento do papel representado pelas massas urbanas no pós 1930.

prepararam durante um tempo, interagiram com outros pescadores, com entidades assistencialistas de seu meio, com pessoas de destaque político e social, enfim, como nos sugere Gilberto Velho, operaram uma certa *negociação da realidade*. Nessa negociação, estão previstas alianças, trocas, interações, já que essas se constituem, além do conflito, de dimensões da vida social.

Com esse entendimento e situando os jangadeiros como sujeitos ativos de suas próprias ações, é possível pensar, ainda, com categorias do antropólogo acima, na noção de “projeto”, com a carga de racionalidade que esse conceito possui: aprender a ler e escrever, contar com conhecidos que tinham em seus lugares de origem, receber donativos e dinheiro de autoridades e simpatizantes, ou seja, negociar com a realidade era parte constitutiva dos meios possíveis, em um “campo de possibilidades”, para por em prática o projeto dos jangadeiros de apelar diretamente ao presidente Vargas. A noção de “campo de possibilidades”, que pressupõe alternativas ao engendramento de perspectivas de comportamento e ação, reclama algo que dê a idéia das mudanças, adequações, reformulações que esse “projeto” acaba sofrendo. É o caso do conceito de “metamorfose”.<sup>51</sup>

Jacaré e seus companheiros pretendiam falar com o presidente para denunciar várias irregularidades que observavam no mundo da pesca, dentre elas a existência de atravessadores que se interpunham entre eles e o mercado, o que reduzia, significativamente, o ganho com o pescado. Outra queixa dos pescadores era em relação àquilo que consideravam divisão *injusta* do pescado. Para eles, não era justo que aqueles que enfrentavam os perigos do mar, se arriscando cotidianamente, recebessem apenas metade do resultado de seu trabalho. O fato de não possuírem jangadas próprias levava a maioria dos pescadores brasileiros a pescarem para alguns proprietários que abocanhavam metade do pescado. Os jangadeiros esperavam do Estado a regulamentação de uma transação que, da forma como vinha sendo feita, contrariava suas noções de justiça e direitos fundamentados na moral do trabalho e da comunidade.

---

<sup>51</sup> VELHO, G. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. 2a. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999. p. 11-70.



Havia, na atitude dos quatro jangadeiros, uma aceitação daquilo que poderíamos chamar de “regras do jogo” da política oficial articulada em torno da figura de Getúlio. É muito possível até que essas “regras” tenham mesmo contribuído para encorajá-los em sua viagem ao Rio de Janeiro. Acredito que a forma como a política do Estado Novo se realizava — inclusive no que concerne à legislação trabalhista e seus apelos à constituição da figura do trabalhador brasileiro no centro do cenário político — tenha alimentado no imaginário dessas categorias sociais a sensação de que eram atores de sua própria história. Como adverte Maria Helena Capelato, *a introdução do direito trabalhista no Brasil, embora não tenha sido acompanhada de significativa melhoria das condições de vida, também alterou as sensibilidades: as classes populares pela primeira vez se sentiam presentes na cena histórica*.<sup>52</sup>

Jacaré e seus companheiros de fato compreenderam que estava aberta uma porta de entendimento com o Estado. No Rio de Janeiro, Jacaré falou aos jornalistas que, antes, quando denunciava, ia preso, e que, naquele momento, era diferente, podia falar o que quisesse. O que receberam efetivamente do Estado com sua arriscada forma de reivindicação representou muito, naquele momento, para centenas de trabalhadores do mar que trabalhavam sem qualquer forma de direitos sociais.

Membros das elites intelectuais e políticas do país também construíram representações sobre o episódio da viagem dos jangadeiros. Nessas representações, operaram construções idealizadas vinculando as figuras dos quatro jangadeiros com um passado heróico, também idealizado, que servia de fundamento para o presente em construção. Os jangadeiros se viram representados, com suas qualidades de coragem, pureza, lealdade, nos próprios fundamentos de uma nação que acreditavam estar sendo definitivamente alicerçados.

Três dias depois da chegada de Jacaré e seus amigos ao Rio de Janeiro, o presidente assina um Decreto-Lei incluindo os jangadeiros no Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Marítimos. Neste Decreto-Lei, fica instituído que o salário base dos pescadores não poderia ser inferior ao salário mínimo local, além do que, *dentro de suas possibilidades*, o Instituto deverá mandar instalar postos

---

<sup>52</sup> CAPELATO, 1998, p. 247.

médicos para atendimento aos seus associados. Os jornais do Rio, como os de Fortaleza, veiculam veementes manchetes e reportagens sobre a medida tomada pelo presidente, alardeando que os jangadeiros foram finalmente amparados pelo governo. Ao saber da medida governamental, Jacaré teria dito ao jornalista do *Diário da Noite* que o ato era *um presente do céu*. Dentre outras coisas acerca do presidente que assinou o Decreto-Lei, acrescentou:

*A gente sabia quando deixou o Ceará, que vinha encontrar no Rio um homem de coração: o Sr. Getúlio Vargas. Para governar um país como este, tão grande e tão rico de tantos quilômetros de comprimento e de tanta extensão não é preciso apenas um homem sábio, inteligente, mas um homem que tenha pena dos pequeninos. Sempre li muita lei mas, na realidade, eu não via porque os governos passaram e as promessas não eram cumpridas. Quando eu dava o meu voto, até os políticos importantes vinham ao meu encontro na Praia, oferecer muita vez comida, já preparadinha, com molho e tudo. Hoje tudo mudou. Chegamos no Sábado e contamos para o Dr. Getulio Vargas a nossa miséria. E agora três dias depois veio a primeira lei nos beneficiar. Bem que ele nos disse, quando a gente estendeu-lhe a mão para cumprimenta-lo! – Vão tranquilos porque o governo saberá fazer-lhes justiça.<sup>53</sup>*

Essa fala de Jacaré possibilita ver, com certa clareza, a compreensão que o jangadeiro possuía do momento político que atravessava e ainda da imagem que construía do governante ideal, encarnado nas qualidades de Getúlio Vargas. Primeiramente, fica patente a crença que depositava em Vargas desde o início. Os jangadeiros já vinham com a certeza de que seriam atendidos em suas reivindicações. Isso porque o presidente não era apenas um homem inteligente e sábio, pois isso apenas não bastava para governar um país com tamanha complexidade. Getúlio, antes de tudo, sabia governar porque tinha *pena dos pequeninos*, ou seja, agia em atenção a homens como eles, os jangadeiros pobres, trabalhadores. Em seguida, Jacaré faz sua leitura do período pré e pós Vargas: as leis vinham e passavam, não sendo cumpridas — *hoje tudo mudou*, ou seja, com Vargas as promessas eram feitas e, de fato, cumpridas.

---

<sup>53</sup> *Diário da Noite*, Rio de Janeiro, 19 nov. 1941.

O presidente, através de suas ações em favor dos trabalhadores, faz justiça com aqueles que derramam seu suor pela riqueza do país. Não se tratava mais de leis bem feitas e promessas bonitas; Jacaré não se deixava mais iludir por elas. Como ele mesmo disse certa vez, *os governos passaram e as promessas não eram cumpridas.*

A ditadura do Estado Novo, por sua vez, se aproveitou amplamente do episódio. A coragem dos quatro jangadeiros foi premiada, bem ao modo da política de massas tão a gosto de Vargas, com os aplausos da sociedade brasileira e o amparo do governo federal. Além do mais, era uma oportunidade ímpar para a demonstração da adesão dos trabalhadores brasileiros à política estatal.

Os dois lados se aproveitaram do episódio, com armas diferenciadas. Os jangadeiros mostraram ao Brasil, e também ao mundo, através das lentes de Orson Welles, o drama que viviam cotidianamente com suas famílias. Puderam aparecer, pela primeira vez, como protagonistas principais de sua própria história. Até então, figuravam como personagens românticos e bucólicos na literatura. Naquele momento, apareciam com sua rudeza, suas roupas encardidas e com sua jangada, instrumento de trabalho diário. Tomaram para si a sua voz. O Estado fortaleceu a sua imagem, através do espetáculo do consenso.

O que os jangadeiros, de fato, receberam do Estado foi pouco frente às imensas demandas de suas miseráveis condições de vida e de trabalho. À época, o entendimento era outro. Foram pela primeira vez incluídos na política trabalhista do governo brasileiro. Um pescador da praia de Iracema, amigo de Jacaré, triste com sua morte, disse a um jornalista que, antes dos amigos irem à Capital Federal, eles viviam como escravos, mas agora as coisas eram diferentes. Os companheiros de Jacaré não cessaram de lutar e denunciar o que consideravam errado. Outros *raids*, cada vez mais ambiciosos, se realizaram e o próprio Getúlio recebeu novamente Jerônimo, Tatá e Mané Preto em seu segundo mandato. Em 1958, Jerônimo e outros pescadores vão até Buenos Aires, a bordo da jangada Maria Teresa Goulart. No início de 1990, os jangadeiros da praia do Canto Verde, no litoral cearense, empreendem nova travessia.

Orson Welles, em seu belo filme sobre os jangadeiros cearenses, talvez seja, ao final, quem melhor apontou pistas para o significado político do *raid* de Jacaré, Tatá, Mané Preto e Jerônimo: *um primeiro passo para pertencer a nação brasileira.*

## **BELONGING TO BRAZILIAN NATION: THE RAFT SÃO PEDRO TOWARDS FEDERAL CAPITAL (1941)**

### **ABSTRACT**

This article aims to understand aspects of the journey of four men in a raft named São Pedro, from Fortaleza to São Paulo, where they were with President Getúlio Vargas, looking forward to insert this fact into the State-working class relationship during the times of New State. To do this, the main sources are the newspapers, the two diaries written by the raftmen and oral accounts. The relations between Vargas and the workers are understood as a material and simbolical “pact”, in which the two of them, unequally, aim to capture the political possibilities of the journey and its consequences.

### **KEYWORDS**

New State; Raftmen; Laborism



JL, [José Lourenço Gonzaga], xilogravura. Exposição Mundos do Trabalho. Acervo do Museu de Arte da Universidade Federal do Ceará (MAUC), Fortaleza, CE, 2002.